

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 4.811, DE 2019

Institui o Dia Nacional de Segurança da  
Vida nas Áreas de Barragens.

**Autor:** SENADO FEDERAL - STYVENSON  
VALENTIM

**Relator:** Deputado GILSON DANIEL

### I - RELATÓRIO

Chegou do Senado Federal, para revisão da Câmara dos Deputados nos termos do art. 65 da Const. Fed., o projeto de lei em epígrafe, de autoria do Senador Styvenson Valentim, que objetiva instituir o Dia Nacional de Segurança da Vida nas Áreas de Barragens, a ser comemorado no dia 25 de janeiro, data do rompimento de barragem na cidade de Brumadinho – MG.

Conforme despacho de tramitação, datado aos 29 de setembro de 2020, a matéria foi distribuída às Comissões de Cultura, para análise de seu mérito, e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para se manifestar sobre os itens de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva das comissões (art. 24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD); e o regime de tramitação é o prioritário, conforme preceitua o art. 151, II, do RICD.

Na comissão de mérito, a de Cultura, a proposição foi aprovada na sessão deliberativa extraordinária de 9 de novembro de 2022, seguindo relatório e voto da lavra da Deputada Áurea Carolina.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o Relatório.



## II - VOTO DO RELATOR

Conforme já dissemos anteriormente, por força do despacho de encaminhamento, cabe a esta comissão manifestar-se exclusivamente no tocante as questões de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa da proposição em tela.

Tendo em vista os específicos aspectos que nos são pertinentes, devemos dizer que, sob o ponto de vista da constitucionalidade, não temos restrições à livre tramitação da proposição, vez que é da competência da União legislar sobre cultura (art. 215 e segs. da Const. Fed.). Outrossim, o Congresso Nacional é instância legítima para a apreciação de temas dessa natureza (Const. Fed., art. 48, *caput*). Por fim, vale lembrar que a iniciativa da proposição também se coaduna com a previsão constitucional (Const. Fed., art. 61).

No que diz respeito à juridicidade, não vemos, outrossim, obstáculo à tramitação uma vez que, conforme ressaltou o voto da comissão de mérito, a iniciativa cumpriu rigorosamente o disposto na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas. Na Comissão de Educação do Senado Federal, foi realizada, no dia 29 de agosto de 2019, sob a presidência do Senador Styvenson Valentim, autor da iniciativa, audiência pública em que se debateu a criação do Dia Nacional de Segurança da Vida nas Áreas de Barragens. A audiência contou a presença dos convidados João de Deus Medeiros, Conselheiro da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida – APREMAVI, da Sra. Maria Luisa Borges Ribeiro, representante da Fundação SOS Mata Atlântica e do Senhor Fernando Fernandes Damasceno Júnior, membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, que reforçaram a importância da instituição da data.

Assim sendo, a proposição não só não afronta princípio estabelecido ou observado pelo nosso ordenamento jurídico, como até mesmo se coaduna com ele.

Por conseguinte, a proposição guarda plena pertinência com os princípios e padrões normativos consagrados no direito brasileiro.

Quanto à técnica legislativa, não temos maiores restrições, à vista do que dispõe o Lei Complementar nº 95, de 1998 e suas alterações posteriores.



Destarte, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL. 4.811, de 2019.

É como votamos.

Sala da Comissão, em        de        de 2024.

Deputado **GILSON DANIEL**

Relator

